

RACISMO E DEMOCRACIA RACIAL

REDAÇÃO MODELO UNESP-2020

Brasil, república de brancos

Ser preto é trazer na pele a cor e o ranço histórico-discriminatório; ser preto é estar na mira das vozes mais dissimuladas contra o racismo que conta mais de dois mil anos, sobretudo o racismo institucional. Isso equivale a dizer que, no país que se pretende republicano e que, por isso, deveria prezar pela liberdade de todos, a democracia racial é falaciosa.

Enquanto isso, alguns que se apresentam como estudiosos, os quais desconhecem as noções mais elementares de antropologia e sociologia, levam adiante um verbete que apenas enfeita a desigualdade social, qual seja “diversidade étnico-racial”. Outra falácia - arremedo inaceitável. Com efeito, o viés segregacionista e as políticas afirmativas pouco eficientes se retroalimentam. Grande parte dessa dicotomia pode ser facilmente atribuída ao sistema educacional brasileiro, que descuida do ensino público de base, ocupado predominantemente por pessoas da classe baixa (os pretos aí bem representados), e só lá na ponta oferece, institucionalmente, as cotas raciais. Ora, a melhora da qualidade da formação primária é moeda e, inegavelmente, gordura de campanhas eleitorais desde há muito e, ao que parece, falta interesse político para entregarem o que prometem.

Por amor ao debate, é preciso registrar outra expressão da moda: o racismo reverso - a terceira falácia. No Brasil não há que se falar em pretos, sob a luz e sobre o palco, discriminando brancos. O estigma da cor preta como que provoca a ira das polícias, que se liga ao poder judiciário - e então a população carcerária preta cresceu, nos últimos quinze anos, 14%, enquanto que a branca decresceu 19%. Os pretos, com efeito, nunca desfrutaram da Lei do Ventre Livre.

Sim, discriminados os pretos. Contudo, talvez agarrando-se à utopia, adotam Luther King como pai de todos, e ouvem-no dizer: “Eu tenho um sonho: o de ver meus filhos julgados pelo caráter, e não pela cor da pele.”